

Apontamentos para a análise de dificuldades do acesso e permanência de estudantes bolsistas na universidade

Roberto Sanches Padulaⁱ

Pedro Javier Aguerre Hughesⁱⁱ

Marli Pitarelloⁱⁱⁱ

Mônica Helena Tieppo Alves Gianfaldoni^{iv}

Resumo

O Brasil foi considerado o sétimo país mais desigual do mundo em 2020, o que repercute nas oportunidades de acesso e permanência no ensino superior de qualidade. Ações afirmativas, das quais o ProUni é sua expressão maior, têm mudado o cenário. Com o problema “como a literatura acadêmica caracteriza os desafios enfrentados por estudante bolsistas e e/ou periféricos no acesso e na permanência em instituições de ensino superior?”, o objetivo é fazer uma revisão integrativa da literatura acerca da questão. A metodologia consistiu em buscas nos portais SciELO e CAPES, selecionando e analisando 12 artigos. Os resultados apontam que o acesso à universidade é limitado pela baixa renda e falta de apoio familiar. Quanto à permanência, destacam-se carências materiais e barreiras de saúde mental, incluindo o preconceito de docentes e pares, além do baixo sentimento de pertencimento do aluno ao ambiente acadêmico.

Palavras-chave: acesso; permanência; bolsistas; educação superior.

Notes for the analysis of difficulties in access and permanence of scholarship students at university

Abstract

In 2020, Brazil was ranked the seventh most unequal country in the world, which directly impacts opportunities for access to and retention in quality higher education. Affirmative actions, most notably ProUni, have shifted this landscape. Addressing the question, 'How does academic literature characterize the challenges faced by scholarship and/or marginalized students in accessing and persisting in higher education institutions?', this study aims to conduct an integrative literature review on the subject. The methodology involved searches in the SciELO and CAPES databases, resulting in the selection and analysis of 12 articles. The findings indicate that university access is constrained by low income and a lack of family support. Regarding retention, material deprivation and mental health barriers stand out,

ⁱ Doutor em Tecnologia da Inteligência e Design Digital pela PUC-SP. Professor da FEA/PUC-SP e coordenador do NEATS – Núcleo de Estudos Avançados do Terceiro Setor. E-mail: rpadula@pucsp.br – ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0003-1442-3613>.

ⁱⁱ Doutor em Ciências Sociais/Política pela PUC-SP. Professor da FEA/PUC-SP e coordenador do NEATS – Núcleo de Estudos Avançados do Terceiro Setor. E-mail: pjhughes@pucsp.br – ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-7187-2186>.

ⁱⁱⁱ Doutora em Serviço Social pela PUC-SP. Docente no Curso de Serviço Social e diretora da Faculdade de Ciências Sociais na PUC-SP. E-mail: marlipitarello@pucsp.br – ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0003-2765-6766>.

^{iv} Doutora em Educação (Psicologia da Educação) pela PUC-SP. Docente do curso de graduação em Psicologia e do Programa de Psicologia Experimental: Análise do Comportamento na PUC-SP. E-mail: mhtag@pucsp.br – ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-8689-8469>.

including prejudice from faculty and peers, as well as a low sense of belonging within the academic environment.

Keywords: *access; permanence; scholarship holders; higher education.*

Apuntes para analizar las dificultades de acceso y permanencia de estudiantes becados en la universidad

Resumen

Brasil fue considerado el séptimo país más desigual del mundo en 2020, lo que repercute en las oportunidades de acceso y permanencia en la educación superior de calidad. Las acciones afirmativas, más notablemente ProUni, han transformado este escenario. A partir de la pregunta de investigación: "¿cómo la literatura académica caracteriza los desafíos que enfrentan los estudiantes becados y/o de la periferia en el acceso y la permanencia en las instituciones de educación superior?", el objetivo es realizar una revisión integrativa de la literatura sobre la cuestión. La metodología consistió en búsquedas en los portales SciELO y CAPES, seleccionando e integrando 12 artículos. Los resultados señalan que el acceso a universidad está limitado por los bajos ingresos y la falta de apoyo familiar. En cuanto a la permanencia, se destacan las carencias materiales y las barreras de salud mental, incluyendo el prejuicio de docentes y pares, además del bajo sentido de pertenencia del alumno al entorno académico.

Palabras clave: *acceso; permanencia; becarios; educación superior.*

1 INTRODUÇÃO

O relatório publicado pela OXFAM (2019) indicou que o Brasil, com uma população estimada de mais de 212 milhões, era o sétimo país mais desigual do mundo. O país encontrava-se estagnado em termos de desenvolvimento, em processo de sistemático desmonte e ataque às políticas públicas, diante de um cenário de profundo desrespeito às juventudes, especialmente sob a perspectivas de gênero e raça.

Entendemos que as questões sociais, das quais desigualdade social é parte constitutiva, têm como fundamento a apropriação privada da riqueza socialmente produzida, resultando em acesso desigual à renda, à saúde, ao saneamento básico e aos meios de sobrevivência, como alimentação, água e abrigo digno, entre outros. Esse cenário, brevemente delineado, permite tratar a pobreza, em suas múltiplas expressões, como o fruto mais perverso da desigualdade profundamente enraizada no país desde os tempos coloniais (Yazbeck, 2012).

Faces de uma mesma realidade, a desigualdade social incide, de forma evidente, sobre o acesso dos segmentos mais empobrecidos da população brasileira a uma educação de qualidade no geral e, em particular, ao ensino superior.

O tema já havia sido tratado por Darcy Ribeiro no seu livro “A Universidade Necessária”

O problema crucial que se apresenta às universidades latino-americanas é o da adoção de uma política de democratização do ensino superior com a aceitação das consequências da expansão de suas matrículas. Esta se fará inexoravelmente, seja pelo caminho da modernização reflexa, seja como resultado de uma reforma autônoma e progressista, devido à pressão de grupos sociais ascendentes que aspiram a ingressar na universidade. O próprio caráter das sociedades americanas, menos rigidamente divididas em estratos que as europeias, faz do acesso à universidade uma aspiração corrente de todos os grupos sociais que conseguem um mínimo de suficiência econômica, em escala muito superior ao que ocorreu nos países europeus.

Diante desta maré montante de aspirações, a única posição legítima é não somente abrir a universidade à sua nova clientela, mas superar, na medida do possível, carências de formação básica inerentes à extração social daqueles que agora ascendem ao ensino superior. Esta atitude somente é conciliável com a preservação e a elevação do nível de ensino se a universidade superar seu caráter elitista e seus hábitos de simulação acadêmica. Por isso, deverá assumir uma atitude realista frente ao corpo discente e reger-se por critérios explícitos e abertos à discussão (Ribeiro, 1969, p. 145).

Bem mais recentemente, algumas ações têm contribuído para modificar parcialmente esse cenário. Em 1998 foi criado o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) que permitia avaliar a qualidade dessa etapa da educação no Brasil e passou a ser usado por algumas Instituições de Ensino Superior (IES) como forma de ingresso. A partir de 2004, como Política Pública Federal de ações afirmativas com cotas sociais e/ou raciais, foi instituído o Programa Universidade para Todos - ProUni, que concede bolsas de estudo integrais ou parciais em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em IES privadas de reconhecida qualidade, a partir de resultado do ENEM. Nas universidades federais foi instituído o programa de cotas em 2012, mas o grande impacto no acesso ocorreu, segundo Campos e Lima (2025), no sistema privado, com a criação do ProUni, estabelecido como lei em 2005. Com esses programas,

a formação universitária deveria primar por: garantir permanência qualificada, tornando a aprendizagem o mais multicultural, plurirracial, pluriétnica, pluriépistêmica possível e, sobretudo, não reforçando o racismo; propiciar parcerias com órgãos públicos e empresas, visando

desmitificar o racismo e a ideia da existência de uma democracia-racial (Aguerre *et al.*, 2022, p.113).

Os programas trouxeram melhorias no acesso. Segundo o IBGE (2025), a população do Brasil é composta por: brancos (88.252.121), pretos (20.656.458), amarelos (850.130), pardo (92.083.286) e indígenas (1.227.642), totalizando 203.080.756. O censo mostrou que 25,8% dos brancos, 11,7% dos pretos e 12,3% pardos completaram o ensino superior. Em 2000, esses números eram, respectivamente, 9,9%, 2,1% e 2,4%, mostrando um aumento mais expressivo da população graduada não branca (Abdala, 2025). Além disso, verificou-se que para um aluno bolsista a conclusão do curso é uma conquista, não só para si, mas para toda a família, uma vez que em muitos casos esse estudante é o primeiro membro da família a cursar o ensino superior, que pode materializar o sonho de uma vida melhor tanto social, quanto economicamente (Farias *et al.*, 2011).

Mas esse aumento percentual não basta, haja vista que brancos têm condição muito maior de completar o curso do que os demais. Um grande desafio para a permanência desses estudantes até o final do curso é a falta de programas de assistência social estudantil, como refeições gratuitas, vale-transporte, gratuidade para cópias reprográficas de texto, acesso a livros e à moradia (Farias *et al.*, 2011).

Diante disso, o projeto de pesquisa desenvolvido por docentes e discentes de uma universidade comunitária, provenientes de três áreas de conhecimento – Administração, Psicologia e Serviço Social –, teve como objetivo compreender os significados, as experiências e os posicionamentos de alunos bolsistas que frequentam cursos dessa universidade. Por serem expressão e constituintes da realidade social, essas vivências poderiam subsidiar a construção de uma clara política de acesso e permanência desses estudantes.

A impossibilidade de permanência na universidade, expressa pela evasão, é um processo histórico, complexo e decorrente de inúmeros fatores que em muito extrapolam causas de ordem pessoal, como desinteresse ou falta de motivação; é a parte visível de um processo que, ao ser exposto, revela questões estruturais a serem enfrentadas. Assim, a pesquisa visa ampliar o conhecimento sobre os aspectos envolvidos na permanência de bolsistas na Universidade, bem como aprofundar o conhecimento sobre estudantes e egressos que vivem em situação de vulnerabilidade socioterritorial.

Este artigo é relativo à primeira etapa do projeto, e tem como problema “como a literatura acadêmica caracteriza os desafios enfrentados por estudante bolsistas e e/ou periféricos no acesso e na permanência em instituições de ensino superior?”, e seu objetivo é fazer uma revisão integrativa da literatura acerca dessa questão, produzida a partir da constituição pelo Governo Federal do ProUni, com a Lei nº 11.096/2005.

O papel de uma pesquisa bibliográfica sistematizada é relevante na exploração de um tema e fundamental para a identificação de variáveis que vêm sendo investigadas e os resultados obtidos, de forma a estabelecer nexos entre o conhecimento existente. Essa etapa permitiu construir bases sólidas para observar e destacar pontos fundamentais para uma coleta de informações com os/as participantes da segunda etapa do projeto, a ser publicada, reveladora do fenômeno em estudo.

2 DESIGUALDADE SOCIAL NO BRASIL

Quando refletimos sobre o nosso país, é quase impossível não nos determos na observação de suas belezas naturais. Trata-se de um território extremamente rico em biomas, vasto em proporção de terras, abundante em recursos hídricos e que, diferentemente de muitas regiões do mundo, não sofre com terremotos, vulcões ou intempéries climáticas severas. Somos a terra descrita na Carta de Pero Vaz de Caminha, em 1500, como sendo aquela que “em se plantando, tudo dá”.

Poderíamos ser, além de um país rico em recursos naturais, uma nação com uma população enriquecida, com desenvolvimento social suficiente para possibilitar qualidade de vida a todos os habitantes, No entanto, sabemos que essa não é a nossa realidade. A desigualdade social é anterior à sociedade de classes, porém é nítida a percepção do quanto o sistema capitalista contribui para a agudização desse processo.

Em cada um dos períodos históricos, é possível perceber a manifestação da desigualdade, seja na observação do modo de vida díspar em que reis e seus súditos viviam, seja nas relações de vassalagem. A introdução da propriedade privada gera disparidades entre as pessoas, criando distinções entre senhores e escravos, ricos e pobres, poderosos e fracos, culminando na dominação dos mais fortes. Nesse

cenário, o ser humano é corrompido pelo poder e oprimido pela violência, como já afirmara Rousseau (2022), em 1794.

É com a instituição da propriedade privada que surgem novos contornos para as dimensões da desigualdade social e a questão da posse vai se delimitando como fator determinante de distinção entre as classes sociais. Nos processos de acumulação primitiva que desembocam no sistema de produção capitalista, a desigualdade passa a se acentuar, por razões diferentes das que predominavam em sociedades anteriores. Se na antiguidade a escassez da produção de alimentos se dava em decorrência das intempéries climáticas, com a transformação dos modos de produção, observa-se um avanço tecnológico e há aumento na produção. Contudo, o acesso aos bens produzidos torna-se o principal obstáculo para a satisfação das necessidades básicas, e não mais a escassez em si. Ocorre, desse modo, uma mudança, pois embora haja abundância na produção, é necessário ter a posse do capital para que seja possível acessar seus resultados. Nesse sentido, Netto (2012), afirma que, embora sociedades pré-capitalistas também tenham apresentado desigualdades, pobreza e abundância, o que distingue a sociedade capitalista é a existência de condições concretas para eliminar as carências materiais da maioria da população, algo inédito em relação aos modelos anteriores.

É nessa sociedade capitalista que estão postas as condições para superar as contradições por ela produzidas, pois se há abundância de produção, é necessário que haja também a justa distribuição daquilo que é produzido.

Essa lógica da desigualdade pode ser observada ao longo da história brasileira, que é marcada pela exploração, gerando um cenário de desigualdade abissal que limita as condições de vida da população. Um exemplo evidente da situação, descrita pelo Mapa da Desigualdade (Rede Nossa São Paulo, 2024), é a denúncia, já de alguns anos, da diferença de até 24 anos na expectativa de vida entre moradores de bairros da área nobre de São Paulo ou de regiões periféricas. Essa desigualdade é disseminada em nossa sociedade como se natural fosse. As elites brasileiras sustentam um discurso ideológico que busca naturalizar a desigualdade e culpabilizar aqueles que vivem em situação de pauperização, seja por meio de discursos de meritocracia ou do mito da democracia racial. Há um esforço contínuo em camuflar a exploração que gera o empobrecimento da população, e a todo tempo busca-se escamoteá-la.

Não se trata apenas da necessária redistribuição da riqueza econômica socialmente produzida, como afirma Netto (2012). Muito mais do que promover uma justa distribuição da renda, é preciso que todos possam participar de forma igualitária da vida em sociedade, possibilitando o acesso equânime a bens e serviços como educação, saúde, lazer e cultura.

Assim sendo, analisar a atual conjuntura de desigualdade na qual nos encontramos requer a busca pela compreensão do processo de desigualdade, enquanto aquele que acompanha o desenvolvimento social do ser humano, e é importante refletirmos acerca de seus fundamentos, entendendo a partir de qual momento histórico ela se torna acentuada, entendendo-a como esse fator sempre presente, não só na sociedade brasileira, mas também da história da evolução humana.

Embora pensar na desigualdade e em seus desdobramentos nos traga uma perspectiva desanimadora, é importante retomar a fala de Netto (2012), lembrando que em meio às contradições da sociedade capitalista, encontram-se também as possibilidades para superação dessa desigualdade.

A proposta aqui é expor a desigualdade social enquanto expressão da questão social vivenciada em nosso país, e como ela se reflete na vida na classe trabalhadora, privada não só da riqueza que produz, mas também do acesso a bens e serviços. Segundo Netto (2012), a pobreza não pode ser compreendida apenas sob a ótica econômica, pois envolve também aspectos culturais, sociais, de lazer, saúde e estrutura familiar. No entanto, sua dimensão econômica continua sendo fundamental. Além disso, tanto a experiência histórica quanto a análise teórica demonstram que o crescimento econômico, por si só, não garante a redução da pobreza, seja em termos absolutos ou relativos.

No Brasil, compreender essa distinção é fulcral para que possamos avançar no entendimento da desigualdade social enquanto aquela que vai promover distinção social, uma vez que, mesmo quando a classe trabalhadora consegue melhorar sua renda, o processo de discriminação no qual ela está inserida limita seu pleno disfrute dos bens culturalmente produzidos.

Para facilitar a análise desse fato, observemos os quatro ministros que ocuparam o Ministério da Educação no período 2019-2022. Todos tinham um mesmo discurso, afirmando que a universidade não pode ser para todos, e sim para poucos, evidenciando uma ideia de que a universidade é um espaço exclusivo da elite

detentora do capital e não cabe sua universalização. Embora pareça apenas ser um discurso conservador e meritocrático, ele oculta a crença de que esse espaço pertence a uma reduzida parcela da sociedade que, pelo fato de ser detentora do capital tem o direito a acessar a educação superior. Isso diz muito sobre nossa história pois, desde a colonização, nunca houve um plano por parte daqueles que exploravam essas terras para promover o avanço e o desenvolvimento da educação, tanto que a primeira universidade só foi pensada quando, sem ter alternativas, a família real precisou fugir para o Brasil, em 1808, mais de trezentos anos após a invasão europeia.

Importante estabelecer essa relação pois, não é possível se pensar em um projeto societário de superação da desigualdade no qual a transformação não incluía um projeto de emancipação e essencialmente de inclusão para a educação.

Possibilitar novos rumos para o país, mais do que distribuir a riqueza financeira é também partilhar a riqueza sociocultural produzida em nosso território. É importante compreendermos que a desigualdade, embora afete a sociedade como um todo, gera efeitos de maior intensidade quando observamos as particularidades de sua incidência.

Quando se observa a classe trabalhadora, percebe-se também que a desigualdade vai marcando sua existência com maior intensidade quando olhamos os indicadores como raça/etnia, gênero, se população rural ou em meio urbano. E quando há um encontro dessas variáveis, essa desigualdade se acentua, como quando observamos o empobrecimento de mulheres, negras, com baixa escolaridade. Devemos considerar esses rebatimentos como forma de pensarmos em proposições que se atentem a essas especificidades.

A desigualdade ficou mais evidente durante a pandemia da Covid-19 nas diversas periferias brasileiras, locais onde a luta pela sobrevivência não se dá em virtude do vírus do Covid-19 e sim por conta do "vírus" da acumulação avassaladora do capital posta diuturnamente a essa população, constantemente em luta pela sobrevivência.

Seguindo ainda o caminho que nos conduz ao desalento do período pandêmico, ainda em 2019, os dados do IBGE revelavam a situação de vulnerabilidade social da classe trabalhadora e de busca por uma ocupação. Naquele ano, o Brasil bateu recorde em desemprego, e havia cerca de 27,5% de desempregados que buscavam emprego há mais de dois anos, o maior percentual

desde 2012, sendo que esse grupo era majoritariamente composto por mulheres e idosos, seguido pelos jovens que buscam o primeiro emprego (Silveira, 2020).

O que se pode observar é que embora a pandemia tenha trazido uma situação extrema de empobrecimento, desde 2016 a classe trabalhadora já vinha sofrendo sérias perdas. O aumento da precarização nas relações trabalhistas, a venda da ideia de empreendedorismo como ideal liberal de trabalho, a uberização do trabalho e a expansão da exploração pelas plataformas digitais vão possibilitar que a chegada da pandemia piore esse cenário que já era muito ruim, como afirma Antunes (2022, p. 16),

[...] no Brasil, onde vivenciamos desde sempre formas intensas de exploração do trabalho e da precarização ilimitada, as consequências da pandemia são ainda mais perversas do ponto de vista social. Ao fim de 2019, ainda antes da pandemia, mais de 40% da classe trabalhadora brasileira encontrava-se na informalidade. No mesmo período, uma massa em constante expansão de mais de 5 milhões de trabalhadores e trabalhadoras experimentava as condições de uberização do trabalho em aplicativos e plataformas digitais, algo até recentemente saudado como parte do “maravilhoso” mundo do trabalho digital, com suas “novas modalidades” de trabalho on-line recepcionando seus “novos empreendedores”. Sem falar da enormidade de desemprego e da crescente massa subutilizada, terceirizada, intermitente e precarizada em praticamente todos os espaços de trabalho.

Assim, a análise que deve permear do momento pandêmico, como afirma Antunes (2022) é a compreensão de que a pandemia antes de ser viral é uma pandemia do capital, pois é no solo da crise estrutural do capital que se amplia a desigualdade em âmbito mundial, agudizando e potencializando os efeitos do vírus. Afinal, as comorbidades são fortemente impactadas pelo efeito deletério da exploração capitalista sobre os corpos, ocasionando exaustão, má alimentação e adoecimento, que afetam de forma desigual e mais intensa mulheres, negros, empobrecidas e empobrecidos de modo geral? A situação da mulher na sociedade de classes é sempre desfavorável por conta de fatores como o racismo, o machismo e o patriarcado, que ao serem atravessados pelo fator classe geram as condições ideais para que as mulheres sejam as maiores prejudicadas por conta da desigualdade social.

Com a pandemia, ocorreu um processo de agravamento da desigualdade de um modo geral, atingindo a sociedade como um todo, segundo dados do Relatório Anual da OXFAM Brasil (2019), divulgado em 2021 por meio da pesquisa “Nós e as

desigualdades”, mostrando nitidamente a percepção do quanto o aumento da vulnerabilidade da população mais empobrecida encontra-se em contraste com o aumento no número de novos bilionários surgidos no mesmo período, pois desde o início da pandemia o país ganhou 10 novos bilionários. Olhando de forma ampliada, no mundo, durante a pandemia, a cada 26 horas surge um novo bilionário. De modo que as mortes ocasionadas durante a pandemia não foram somente por conta da contaminação por Coronavírus, e sim por um vírus ainda mais letal que a tempos assola a sociedade: a desigualdade.

Ainda segundo a OXFAM (2022), em seu relatório “A Desigualdade Mata”, feito para ser lançado no Fórum Mundial de Davos, na Suíça, realizado durante o período de pandemia, com dados coletados entre os anos de 2020 e 2021, a cada quatro segundos uma pessoa morre no mundo em decorrência da desigualdade social. São cerca de 21 mil pessoas morrendo diariamente em decorrência da falta de acesso a saúde pública, violência de gênero, fome e crise climática. Ainda segundo o Relatório, os cenários mundiais de pobreza extrema, configuram cenários de violência econômica, pois as políticas públicas e as decisões políticas visam privilegiar um seleto grupo social, enquanto a maior parcela da sociedade é privada de bens e serviços essenciais.

No Brasil, cerca de 55% da população encontrava-se em situação de insegurança alimentar durante a pandemia, não conseguindo o mínimo necessário para a realização de ao menos três refeições por dia. Entre a população negra (pretos e pardos) a situação é ainda pior (ONU Mulheres, 2020). Quando observamos os dados mundiais sobre a pobreza monetária, percebemos que, enquanto 15,4% da população que vive com até US\$5,50 dólares por dia é branca, entre os pretos e pardos esse percentual vai para 32,9%.

Como posto ao longo desse percurso, a pandemia é também um resultado da crise estrutural pela qual o capital passa, suscitando pensar em formas de superação das lógicas do capital, do racismo e do sexismo, como forma de criar um projeto societário mais justo e igualitário.

3 MÉTODO

A questão norteadora da primeira etapa do trabalho foi “como a literatura acadêmica caracteriza os desafios enfrentados por estudante bolsistas e e/ou periféricos no acesso e na permanência em instituições de ensino superior?”

A metodologia da pesquisa seguiu a proposta de Rubano *et al.* (2020) para a construção de um banco de dados. A primeira parte da pesquisa foi realizada em quatro etapas durante os meses de janeiro e fevereiro de 2022, por meio das bases de dados Scielo e Capes, contando com os filtros - Brasil; anos 2018 a 2021; Áreas Ciências Humanas e Ciências da Saúde; tipo de literatura Artigo. O primeiro levantamento de artigos, no Scielo, buscou pelas palavras-chave “saúde mental” e “universi*”; o segundo, no Scielo, utilizou as palavras-chave “saúde mental” e “bolsistas”; o terceiro levantamento, também no portal Scielo, foi feito combinando as palavras-chave “universi*” e “permanência”. O quarto e último levantamento consistiu na busca, no periódico Capes, pelas palavras-chave “bolsistas”, “permanência” e “ProUni”, mudando o período de anos de inclusão para artigos publicados entre 2015 e 2021.

Inicialmente, os critérios de seleção para os artigos foram os títulos, os resumos, o tipo de texto (artigos) e o idioma (português). Foram escolhidos os artigos que se relacionavam às dificuldades de acesso e permanência no ensino superior, em instituições públicas ou privadas, e os que tratavam de políticas de acesso e permanência na universidade. Em seguida, todos os artigos selecionados foram sistematizados em planilhas no Excel, com as seguintes informações: registro (ID do artigo); data de consulta; título; autor(es); periódico; ano de publicação; link; objetivo do trabalho; palavras-chave; resumo.

Posteriormente, após a revisão dos títulos e resumos dos artigos sistematizados, selecionou-se quais seriam lidos na íntegra, por relacionarem-se a dificuldades de acesso e permanência de estudantes de universidade pública e privada, nosso objetivo.

Em agosto de 2022, foi realizada uma segunda etapa da pesquisa, na qual foram realizados os mesmos procedimentos de busca já descritos, nos portais Scielo e Capes, com os mesmos filtros e palavras-chave, com a diferença de que, neste momento, foram procurados artigos publicados em 2022.

4 RESULTADOS

Na primeira etapa da pesquisa, foram encontrados 163 artigos no primeiro levantamento do portal Scielo, entretanto poucos se relacionaram de fato com o tema procurado, uma vez que a maioria dos resultados apresentava pesquisas voltadas para a investigação da saúde mental de estudantes de cursos das áreas da saúde, sem um enfoque em estudantes cotistas ou de baixa renda, o que levou a uma mudança de palavras-chave. No segundo levantamento, ainda no Scielo, não se obteve nenhum resultado. No terceiro, também realizado no Scielo, foram encontrados 80 resultados, dentre os quais 30 artigos eram relevantes para o tema do subgrupo. O quarto levantamento, realizado no portal Capes, obteve 48 resultados, dentre os quais 12 eram relevantes para esse subtema.

Na segunda etapa da pesquisa, efetuada em agosto, em busca de atualizar os dados anteriormente obtidos e procurar por fontes mais recentes, não foram encontrados artigos pertinentes para inclusão neste estudo.

Ao final, após revisão dos artigos e seleção de quais eram de fato relevantes para a pesquisa, foram escolhidos para leitura 40 artigos que se relacionavam com o tema do acesso e permanência de estudantes de baixa renda na universidade e, após uma nova análise dos critérios, 11 foram selecionados em virtude da especificidade do tema. Buscou-se conhecer as dificuldades de alunos bolsistas e/ou periféricos no ensino superior. Após a leitura dos artigos, optou-se pela divisão das dificuldades encontradas em duas categorias: acesso à universidade e permanência na mesma.

4.1 Dificuldades referentes ao acesso à universidade

A análise dos artigos permitiu identificar diversas dificuldades no acesso à universidade, tanto para estudantes de universidades públicas quanto para os de universidades privadas, sendo as principais dificuldades encontradas relacionadas à renda, transporte e apoio familiar, como mostrado a seguir.

No ensino superior privado, a principal condição para a obtenção da bolsa estudantil do ProUni é o fator socioeconômico, uma vez que todo bolsista integral possui renda de no máximo um salário-mínimo e meio per capita em sua residência. Assim, a baixa renda apareceu como uma dificuldade que afeta diretamente tanto a inserção - como citado anteriormente - quanto a permanência dos estudantes

bolsistas. Os indivíduos que fizeram parte do estudo de Pires, Romão e Varollo (2019), por exemplo, ingressaram com uma idade média de 20,5 anos acima daquela esperada, que é entre 17 e 18 anos no Brasil, dado que mostra como ter baixa renda pode atrasar a inserção no meio universitário. Pode-se associar esta inserção tardia na universidade à desigualdade de acesso à educação em geral, visto que, por conta da precarização do investimento e do ensino nas escolas públicas, os estudantes são obrigados a “se esforçarem” o dobro para competir com pessoas que tiveram a possibilidade de acessar uma educação de qualidade, mesmo tendo condições de estudos pré-vestibulares precários. Nos seguintes trechos, duas entrevistadas em uma pesquisa que correlaciona o ProUni com o Programa Bolsa Família, relatam as barreiras enfrentadas em sua preparação para o vestibular:

Eu estudava por conta também... aí tinha apostila, eu e meu amigo, a gente resolvia os exercícios... Não é uma apostila muito boa, sendo sincera. Mas tinha exercício. Se você procura a resposta na internet, você acha [...]. Não foi muito fácil, não (Entrevistada, educação física, 23 anos) (Pires; Romão; Varollo, 2019, p. 10).

Sim, para fazer isso eu estudei sozinha. Daí fiz esse processo [cursinho pré-vestibular popular] e daí ingressei. Todos os sábados, aulas o dia inteiro no núcleo de estudos. E a partir daí cada um vai estudando e aprofundando... estudando sozinha depois. [...] É bem puxado (Entrevistada, ciências sociais, 31 anos) (Pires; Romão; Varollo, 2019, p. 10).

Ainda, em estudo que investiga o impacto do projeto “Meninas Velozes” na vida e no acesso à universidade de jovens garotas de baixa renda, uma entrevistada trouxe o seguinte relato acerca da pequena expectativa de ingressar no ensino superior por falta de recursos em comparação a outros estudantes:

UnB é meio que um sonho bem alto, principalmente pra mim, que vim de escola pública... e moro em Santa Maria, que lá a renda geralmente é média pra baixa. E assim, sonhar com UnB era quase impossível porque tinha que competir com pessoas que estavam se preparando há anos, fazendo cursinho... (Tatiana) (Almeida, *et al*, 2020, p. 117).

Mesmo com as dificuldades nos estudos pré-vestibulares, os estudantes se mantinham focados em entrar em uma universidade, se dispunham a efetuar de fato a prova e, novamente, se deparavam-se com mais desafios, como a dificuldade no acesso ao local de prova. Na pesquisa de Luna, Teixeira e Lima (2021), os alunos indígenas entrevistados citaram a necessidade de deslocar-se para lugares distantes e buscar alojamento em outras cidades para poder realizar as provas. A dificuldade financeira em custear esse deslocamento foi apontada como um fator relevante, de

modo que um dos estudantes afirmou ter vendido alguns de seus pertences para poder realizar o vestibular.

Outra dificuldade encontrada por estudantes bolsistas e/ou periféricos na busca de se inserir no meio universitário é a questão do apoio familiar, que apareceu como relevante nos relatos de alunos, tanto no sentido de suporte financeiro quanto no sentido de incentivo à decisão de dar continuidade aos estudos ingressando na universidade.

Em muitos dos casos relatados, a família não consegue oferecer apoio financeiro, e, frequentemente, há expectativa ou necessidade por parte da família que o estudante contribua com a renda mensal familiar. Assim, caso esse estudante deseje ingressar no ensino superior, muitas vezes precisa arcar com os custos dos próprios estudos, e acaba se sentindo culpado por não poder ajudar a família, como mostram falas de entrevistadas nos seguintes estudos sobre acesso e permanência no ensino superior:

[...] Aí eu falei: “Não, eu vou tentar por conta a... uma ETEC”, aí, muito assim, minha mãe disse que não ia conseguir me ajudar muito com estudo, olha, aí eu falei: “Não, mãe, pode deixar que eu me viro (Entrevistada, educação física, 23 anos) (Pires; Romão; Varollo, 2019, p. 8).

[...] Porque eu vejo as dificuldades que tenho em casa, né. E dá vontade de falar: “Gente vou largar a faculdade pra trabalhar e ajudar em casa”. E acho que sem eles... A minha mãe sempre fala: “Não, você não vai parar, você vai continuar estudando” (Norma) (Almeida *et al.* 2020, p. 114).

Além disso, em muitas dessas famílias os pais não possuem formação em ensino superior, o que, segundo o seguinte relato de uma entrevistada na pesquisa de Pires, Romão e Varollo (2019), também dificulta em alguns casos o incentivo aos estudos e ingresso na universidade.

Então mesmo assim eles não podiam ajudar, porque são famílias de pedreiros e faxineiros, então não tem... não tinha mesmo, mesmo que quisesse não tinha, financeiro não tinha como me ajudar, e não tinha como apoiar porque eles não tinham noção mesmo da... que era bom estudar, né? (Entrevistada, Direito, 43 anos) (Pires; Romão; Varollo, 2019, p. 18).

4.2 Dificuldades referentes à permanência no ensino superior

Além de toda essa trajetória de dificuldades de acesso ao vestibular e inserção concreta na universidade, os estudantes seguem enfrentando problemas em se manter no espaço conquistado. Um deles segue sendo o fator financeiro que, além de perpassar o acesso, impacta e dificulta também a permanência nas universidades. No relato a seguir, uma estudante demonstra como sua condição financeira impactava em seu dia a dia acadêmico:

Então eu vinha de manhã, deixava eles [filhos] na creche, ficava na faculdade e às vezes, por meses, eu não almoçava. Comia um pão de queijo ou dois com café, e era o meu almoço [...]. Como a gente tá conversando, e eu não preciso ter vergonha de falar, então eu precisei, para aumentar um pouco a renda, eu optei por fazer faxina, então eu ia, às vezes eu fazia mesmo pros próprios colegas, porque não dava mais, eu estava almoçando pão de queijo, todos os dias (Entrevistada, direito, 43 anos) (Pires; Romão; Varollo, 2019, p. 18).

Os resultados da pesquisa mostraram que outro fator que impacta de forma pertinente os estudos de bolsistas é o trajeto efetuado por eles para o acesso ao espaço físico da universidade. Por conta do fato de que grande parte dos bolsistas são oriundos das periferias, as dificuldades relacionadas ao transporte apareceram como centrais para a permanência em alguns dos artigos encontrados. No estudo de Santos (2019), que investiga o perfil socioeconômico e a experiência universitária de estudantes bolsistas na PUC-Rio, o tempo gasto com o trajeto até a faculdade foi apresentado como um dos elementos mais “desmotivadores” para a permanência na universidade. Essa dificuldade também foi relatada na pesquisa de Almeida, *et al* (2020), sendo a questão de gênero apresentada como um agravante no trajeto de mulheres ao retornar para casa:

É comum os(as) alunos(as) que levam mais de uma hora de deslocamento buscarem fazer do meio de transporte um local de estudo (o que raramente é viável por se deslocarem em pé, dentro dos ônibus e do metrô do Distrito Federal, invariavelmente lotados), um momento de leitura que, em situações ideais, aconteceria em casa ou na biblioteca. Apesar de terem alcançado o ensino superior, enfrentam mais esse desafio. No caso das alunas, ainda correm o risco de assédio e violência sexual nos transportes coletivos e no retorno tarde da noite para casa, onde chegam caminhando por longos trechos, sozinhas e no escuro (Almeida *et al*, 2020, p. 119).

Os artigos encontrados levantam outros importantes desafios a serem investigados e superados em relação à permanência estudantil de bolsistas, como a

questão do aproveitamento parcial da universidade por parte de alguns dos estudantes de baixa renda, uma vez que muitos deles precisam trabalhar para manter suas necessidades. A oportunidade de não trabalhar e não precisar contribuir com o orçamento familiar possibilita que o estudante invista na continuidade de seus estudos, tendo repercussão direta em seu aproveitamento da universidade. Além disso, essa oportunidade aumenta as chances de que o estudante consiga um maior rendimento acadêmico, o que influencia positivamente em sua permanência tanto no sentido simbólico, ao mostrar um bom aproveitamento dos conteúdos estudados, quanto no sentido material, e ao aumentar as chances de disputa e acesso a bolsas acadêmicas (Ganan; Pinezi, 2021). No entanto, assim como citado em artigo que avalia os desafios da permanência estudantil universitária (Ariño; Delvan, 2018), abandonar o trabalho para esses estudantes significaria tornar a situação familiar, bem como a própria, ainda mais precária. O seguinte relato demonstra o quão exaustiva é esta rotina: “Nossa... trabalhar o dia inteiro, chegar de noite e ainda ter que apresentar um trabalho (...) nossa... isso é muito complicado” (Ariño; Delvan, 2018, p. 6). Experiência semelhante é apresentada em um estudo sobre estratégias de resistência no ensino superior de mulheres negras cotistas, lésbicas e bissexuais: “(...) eu não consigo me manter se eu não trabalhar, só que também eu não sei se consigo me manter na universidade trabalhando (Entrevistada 2, 2017)” (Cordeiro; Auad, 2021, p. 7).

Outro desafio diz respeito ao sentimento de não pertencimento ao ambiente universitário. Enquanto os estudantes de situação socioeconômica mais favorável pertencem a um “grupo social para o qual o ingresso na universidade constitui um *habitus*, no qual a temática da universidade acompanha a rotina familiar e escolar” (Ganan; Pinezi, 2021, p. 5), os estudantes de baixa renda representam grupos sociais que passaram a ocupar o espaço universitário mais recentemente, de modo que o ingresso no ensino superior, para estes, constitui uma distinção de sua trajetória acadêmica em comparação a seus familiares. Desse modo, esses alunos se distanciam da imagem tradicional que se tem do universitário oriundo de famílias de classe média/alta e de escolas particulares de elite. Esse distanciamento tem como consequência uma sensação de não pertencimento ao ambiente universitário, o que impacta a permanência de estudantes de baixa renda nas instituições de ensino superior. Dentre os relatos, foram mencionados pelos alunos frequentes comentários que relacionam seu ingresso na universidade com uma suposta queda de qualidade

dos cursos, visão discriminatória diretamente relacionada à lógica de mérito, uma vez que, para alguns docentes, esses estudantes teriam tirado a vaga de candidatos mais preparados (Ganan; Pinezi, 2021). A sensação de não pertencimento por vezes é reforçada por tais comentários e a discriminação também se torna uma das dificuldades de permanência que os estudantes encontram, de modo que tende a retirar do aluno o ânimo e a vontade de manter-se em um meio onde é julgado por sua classe, gênero e/ou raça, o que pode resultar até mesmo na evasão. Abaixo encontram-se relatos violentos sobre episódios de discriminação que duas estudantes sofreram:

Uma das épocas mais tristes que eu passei foi quando eu desisti de querer estudar, de querer estar dentro do curso. Foi quando uma professora minha branca, foi racista comigo na frente da minha turma inteira [...] Eu fiquei longe, nunca mais fui à aula, não tem como. Eu fui largando aos poucos, mas depois eu larguei tudo de vez. Eu demorei muito a me interessar por estudar, acho que fiquei um ano e meio onde estudar me doía. Só agora depois de dois anos eu estou voltando a estudar (Latifa, 24 anos) (Rosa; Alves, 2020, p. 7).

Ainda, além da discriminação relacionada à classe, muitos estudantes do ensino superior são também vítimas de discriminação de gênero e raça, de modo que estas violências se entrelaçam e impactam fortemente a permanência desses estudantes na universidade:

[...] ouvir de professor que não vai orientar aluno cotista porque 'não tem tanta inteligência, vai dar muito trabalho', ter que ouvir de professor que 'nossa, vocês mulheres negras, vocês são tão emocionais, vocês não dominam a oratória, vocês não conseguem falar sem chorar, sem gritar' [...] essas e outras coisas acabam dificultando a nossa permanência nesse espaço e já é tão difícil entrar, permanecer se torna uma missão impossível, uma saga (Entrevistada 4, 2017) (Cordeiro; Auad, 2021, p. 7).

Ademais, o não pertencimento também se faz presente na comparação com as condições socioeconômicas e trajetórias acadêmicas e culturais dos demais colegas. Uma estudante egressa do curso de direito, ingressante através do ProUni, relatou não se sentir enturmada, por sentir que os colegas eram muito diferentes de si, tanto em relação aos costumes quanto em relação à situação financeira (Cunha; Leston; Almeida, 2017). O artigo de Pires, Romão e Varollo (2017), que relaciona o programa Bolsa Família ao acesso e permanência na universidade através do ProUni, trouxe relatos que apontaram dificuldades semelhantes na relação com os colegas:

Por exemplo, fotossíntese era uma coisa que sabia o básico. Em biologia todo mundo sabia o que era e como acontecia, porque era todo mundo de escola particular... [...] Eu tinha até vergonha de falar porque eu achava que, sei lá, eu não sabia de nada.[...] Eu sempre senti que aqui era meio que um desfile de moda. E aí eu me senti bastante bem mal por isso até. E minha mãe que me ajudava um pouco nesse começo. Eu falava: “Mãe, me dá umas roupas porque, nossa, as pessoas vão como se fossem pro shopping lá”. [...] Eu não tava, assim, nas festas, porque as festas da universidade são muito caras. Então, por isso, eu também dava bastante festa na minha casa. Porque não tinha que pagar, né? Era um jeito de dar uma driblada nisso (Entrevistada, biologia, 20 anos) (Pires; Romão; Varollo, 2019, p. 15).

(...) Eu entrei na sala, era a única diferente. [...]. Porque, quando eu entrei, entrei de chinelo, não tinha nem... tava frio e eu não tinha nem um agasalho pra usar. Eu tinha vergonha de falar pras pessoas também. Que tava precisando (Entrevistada, direito, 43 anos) (Pires; Romão; Varollo, 2019, p. 16).

No caso de estudantes bolsistas, a burocracia para manutenção da bolsa também se mostra como um grande desafio para a permanência na universidade, se relacionando também com o sentimento de não pertencimento, uma vez que semestralmente os estudantes devem apresentar documentos para “comprovar que são pobres”. Esse processo foi apontado pelos estudantes como invasivo e desgastante, de modo que provoca nestes, medo de perder as suas bolsas (Ribeiro; Guzzo, 2017).

Outro desafio encontrado nos artigos, que gera profundos impactos na permanência de estudantes de baixa renda no ensino superior, foi a insuficiência de apoio e assistência estudantil por parte da universidade e do Governo. Muitas das dificuldades vividas por esses estudantes nas instituições de ensino superior não são enfrentadas pela universidade, mas poderiam, com o auxílio de bolsas, benefícios e políticas de assistência estudantil oferecidos, pois esses não se disponibilizam a todos os alunos ProUnistas, inclusive por vezes não são oferecidos a nenhum deles, e, mesmo quando o são, majoritariamente, não consideram questões específicas de permanência de estudantes quilombolas, mães e trabalhadores, por exemplo (Abreu; Ximenes, 2021), e não contemplam a quantidade de gastos com xerox, alimentação, transporte e materiais, entre outros, que o estudante tem diariamente (Ribeiro; Guzzo, 2017).

Um estudo sobre o impacto do Pape (Programa de Auxílio Para Estudantes), da Universidade Federal de São Paulo, sobre a permanência de estudantes na universidade, mostrou que, dentre os estudantes que possuíam renda per capita de

até 1,5 salário-mínimo e receberam auxílio do Pape, a porcentagem de desistência é duas vezes menor que no grupo de estudantes do mesmo perfil de renda que não receberam o auxílio (Cespedes *et al*, 2021). Além disso, os resultados do mesmo estudo revelaram que, dentre a mesma faixa de renda, o desempenho acadêmico dos estudantes que receberam auxílio do Pape é maior do daqueles que não receberam (Cespedes *et al*, 2021). Tais dados evidenciam o impacto que programas de auxílio financeiro podem ter na vida de estudantes de baixa renda no ensino superior.

5 CONCLUSÕES

Nos últimos anos, com políticas nacionais, estaduais e privadas de cotas (ações afirmativas) e concessão bolsas, foi possibilitada uma ampliação do acesso de estudantes de baixa renda ao ensino superior. Entretanto, essas políticas ainda possuem grandes limitações, não contemplando dificuldades que os estudantes enfrentam no próprio acesso a essas políticas, como as questões relacionadas ao âmbito financeiro, educacional e mesmo o acesso à prova do vestibular.

Além disso, tais políticas de acesso, quando não associadas a estratégias de assistência estudantil e outras políticas de permanência durante a graduação, não garantem a permanência de estudantes de baixa renda no ensino superior. Os estudantes que ingressam na universidade se deparam com diversos desafios, como as dificuldades financeiras em se manter na universidade, a discriminação de colegas e professores, as dificuldades acadêmicas relacionadas a diferentes experiências educacionais e necessidade de conciliar trabalho com estudos, e, associado a todas essas questões, o sentimento de não pertencimento dentro o ambiente universitário. Como indicado por Mendes (2020, p. 15), “pensar sobre permanência estudantil significa trazer para o primeiro plano a responsabilidade da universidade como instituição que se propõe a pensar e propor soluções para as desigualdades do país”. Assim, mostra-se como essencial que as políticas de acesso ao ensino superior estejam associadas a políticas efetivas de assistência estudantil, que busquem conhecer e contemplar as necessidades dos estudantes bolsistas e/ou periféricos para permanecer no ensino superior. Para que essas políticas de fato viabilizem que esses estudantes sigam na universidade e concluam suas graduações, deve-se buscar a compreensão de quais são os mecanismos estruturais que levam ao abandono do ensino superior (Mendes, 2020). Considera-se ideal que, para se pensar

em efetivas políticas que contemplem as necessidades desses estudantes, seja adotada a definição de assistência estudantil proposta por Scher e Oliveira, segundo a qual

(...) a assistência estudantil deve observar os diversos aspectos da vida acadêmica de todos os estudantes: socioeconômicos, apoio social (transporte, alimentação, saúde, moradia, creche), desempenho acadêmico (orientação nos processos de ensino-aprendizagem, inclusão digital, bibliotecas, ensino de línguas, bolsas e estágios remunerados), acompanhamento psicopedagógico, acesso à cultura e lazer (manifestações artísticas, esporte) e assuntos da juventude (prevenção de risco e debates de interesse dos discentes) (Scher; Oliveira, 2020, p. 23-24).

Além disso, os relatos analisados nos estudos citados na presente pesquisa mostram como é importante que, na construção de reflexões e práticas sobre acesso e permanência no ensino superior, as instituições considerem “questões ligadas à articulação de múltiplas desigualdades: de classe (compreendida mais amplamente do que no aspecto de renda), raciais, de gênero, sexualidade, corporalidade e capacidade” (Mendes, 2020, p. 2).

O resultado da articulação de múltiplas desigualdades se expressa, por exemplo, nos relatos de mulheres negras que sofrem de racismo e machismo no ensino superior, como “Latifa”, (Pires; Romão; Varollo, 2019) e “Entrevistada 4” (Cordeiro; Auad, 2021), citadas anteriormente. Consideram-se neste estudo, assim como dito por Mendes (2020, p.8), o “racismo, sexismo, capacitismo e LGBTfobia (...) responsáveis por processos que levam (...) à expulsão institucionalizada (...) destes sujeitos da universidade”, o que implica a análise e reflexão sobre as formas como cada uma destas dimensões se articula para que seja possível pensar em políticas de permanência que impeça a existência de tais violências e expulsões. Portanto, percebe-se a necessidade de considerar os múltiplos aspectos e dimensões que se relacionam à saúde mental, ao acesso e à permanência do estudante na universidade.

REFERÊNCIAS

ABDALA, Vitor. Brasileiros adultos com ensino superior completo chegam a 18,4%. **Agência Brasil**, Rio de Janeiro, 26 fev. 2025. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2025-02/brasileiros-adultos-com-ensino-superior-completo-chegam-184>. Acesso em: 2 ago. 2025.

AGUERRE, Pedro, PINTO, Elisabete Aparecida, de ASSIS, Valdirene Silva. Processo de construção de iniciativas de equidade racial no trabalho a partir da atuação do MPT junto à sociedade civil. *In*: AGUERRE, Pedro, CRUZ, Myrt Thânia

de Souza, BOMFIM, Marcus Vinicius (orgs.). **Permanência e pós-permanência de jovens negras e negros no ensino superior**: caminhos para a equidade étnico-racial. São Paulo: EDUC: PIPEq, 2022. p. 91-117.

ABREU, Márcia Kelma de Alencar; XIMENES, Verônica Moraes. Pobreza, permanência de universitários e assistência estudantil: uma análise psicossocial. **Psicologia USP**, v. 32, e200067, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-6564e200067>. Acesso em: 31 jul. 2025.

ALMEIDA, Tania Mara Campos de; BRASIL, Katia Tarouquella; VIANA, Dianne Magalhães; LISNIEWSKI, Simone; GANEM, Valérie. A passos largos: meninas da periferia rumo à universidade e seus dilemas psicossociais. **Sociedade e Estado**, v. 35, n. 1, p. 101-134, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0102-6992-202035010006>. Acesso em: 14. set. 2025.

ANTUNES, Ricardo. **Capitalismo Pandêmico**. São Paulo: Boitempo, 2022.

ARIÑO, Daniela Ornellas; DELVAN, Josiane da Silva. As trajetórias dos acadêmicos bolsistas do ProUni: desafios e estratégias de enfrentamento. **Revista Psicologia em Pesquisa**, v. 12, n. 2, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.24879/2018001200200192>. Acesso em: 14. mar. 2024.

CAMPOS, Luiz Augusto; LIMA, Márcia. Um panorama das cotas no ensino superior. *In*: CAMPOS, Luiz Augusto; LIMA, Márcia (orgs.) **O impacto das cotas**: duas décadas de ação afirmativa no ensino superior brasileiro. Belo Horizonte: Autêntica, 2025. p. 19-47.

CESPEDES, Juliana Garcia; MINHOTO, Maria Angélica Pedra; OLIVEIRA, Suzana Cristina Pereira de; ROSA, Anderson da Silva. Avaliação de impacto do Programa de Permanência Estudantil da Universidade Federal de São Paulo. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 29, n. 113, p. 1067-1091, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-403620210002902418>. Acesso em: 10 jul. 2025.

CORDEIRO, Ana Luisa Alves; AUAD, Daniela. Estratégias de resistência de negras cotistas lésbicas e bissexuais. **Revista Estudos Feministas**, v. 29, n. 3, e82622, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2021v29n382622>. Acesso em: 14 set. 2025.

CUNHA, Myriam Siqueira da; LESTON, Stivie Sena; ALMEIDA, Viviane. O acesso à Educação Superior por meio do ProUni: a perspectiva dos egressos de Direito. **Caderno de Pesquisa: pensamento educacional**, v. 11, n. 27, 2017. Disponível em: <https://interin.utp.br/index.php/a/article/view/288>. Acesso em: 31 jul. 2025.

FARIAS, Márcia Helena, SIMÕES, Paulo Roberto, SANTOS, Nadja Codá dos; MENEZES, Rubem Araújo de. Caracterização de alunos bolsistas ProUni nos municípios pesquisados. *In*: LIMENA, Maria Margarida, RODRIGUES, Maria Lucia, PETRAGLIA, Izabel; ALMEIDA, Cleide (org.). **ProUni e inclusão social**. São Paulo: Xamã, 2011.

GANAM, Eliana Almeida Soares; PINEZI, Ana Keila Mosca. Desafios da permanência estudantil universitária: um estudo sobre a trajetória de estudantes

atendidos por programas de assistência estudantil. **Educação em Revista**, v. 37, e228757, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-4698228757>. Acesso em: 31 nov.2024.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Panorama do Censo 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>. Acesso em: 2 ago. 2025.

LUNA, Willian Fernandes; TEIXEIRA, Karla Carolina; LIMA, Giovana Kharfan de. Mapeamento e experiências de indígenas nas escolas médicas federais brasileiras: acesso e políticas de permanência. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 25, e200621, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/interface.200621>. Acesso em: 5 ago. 2023.

MENDES, Maíra Tavares. Políticas de reconhecimento e de redistribuição na permanência estudantil. **Educação & Realidade**, v. 45, n. 4, e96281, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-623696281>. Acesso em: 27. fev. 2023.

NETTO, José Paulo. A questão social na América Latina. In: GARCIA, Maria Lúcia Teixeira; RAIZER, Eugênia Célia (orgs.). **A questão social e as políticas sociais no contexto latino-americano**. Vitória, ES: EDUFES, 2012. p. 83-111.

ONU MULHERES. Incorporando mulheres e meninas na resposta à pandemia de COVID-19. **Igualdade e COVID-19**, v. 2, 2020. Disponível em: https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2020/12/COVID19_2020_informe2.pdf. Acesso em: 18 mar. 2023.

OXFAM. **Inequality kills**: The unparalleled action needed to combat unprecedented inequality in the wake of COVID-19. Oxfam, 2022. Disponível em: <https://oxfam.se/wp-content/uploads/2022/11/Oxfam.Inequality-Kills.2022.pdf>. Acesso em 2 ago. 2025.

OXFAM. **Nós e as desigualdades – 2019**. 2019. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/um-retrato-das-desigualdades-brasileiras/pesquisa-nos-e-as-desigualdades/pesquisa-nos-e-as-desigualdades-2019/>. Acesso em: 5 jul. 2021.

PIRES, André; ROMÃO, Paulo Cesar Ricci; VAROLLO, Victor Marques. O Programa Bolsa Família e o acesso e permanência no ensino superior pelo Programa Universidade para Todos: a importância do “eu me viro”. **Revista Brasileira de Educação**, v. 24, e240020, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782019240020>. Acesso em 2 ago. 2023.

REDE NOSSA SÃO PAULO. **Mapa da Desigualdade 2024**. 2024. Disponível em: <https://www.nossasaopaulo.org.br/category/mapa-da-desigualdade/>. Acesso em: 15 abr. 2022.

RIBEIRO, Darcy. **A universidade necessária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

RIBEIRO, Flávia de Mendonça; GUZZO, Raquel Souza Lobo. Consciência de estudantes ProUnistas sobre sua inserção no ensino superior. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 37, n. 2, p. 418-431, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703001472016>. Acesso em 2 abr. 2022.

ROSA, Evellyn Gonçalves da; ALVES, Míriam Cristiane. Estilhaçando a máscara do silenciamento: movimentos de (re)existência de estudantes negros/negras.

Psicologia: Ciência e Profissão, v. 40, n. spe, e229978, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003229978>. Acesso em 12 maio 2025.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. Discurso sobre a origem da desigualdade. **Ridendo Castigat Mores**, 1754. Disponível em:

<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/desigualdade.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2022.

RUBANO, Denize Rosana; ASSIS, Fátima Regina Pires de; GIANFALDONI, Mônica Helena Tieppo Alves; TIBÉRIO, Samanta Florenci. Procedimento para revisão de literatura e sistematização de dados sobre o sucesso escolar na Educação Básica brasileira. **Revista Psicologia e Educação On-Line**, v. 3, n. 1, p. 63-72, 2020.

Disponível em:

<https://psicologiaeeducacao.ubi.pt/Ficheiros/ArtigosOnLine/2020N1/V3N1%20-%207.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2023.

SCHER, Aline Juliana de; OLIVEIRA, Edson Marques. Acesso e permanência estudantil na Universidade Federal da Fronteira Sul - Campus Realeza/PR.

Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior, v. 25, n. 1, p. 5-26, 2020.

Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-40772020000100002>. Acesso em: 11 abr. 2023.

SILVEIRA, Daniel. Em 2019, Brasil bateu recorde de desempregados que buscavam por emprego há pelo menos dois anos, aponta IBGE. **G1**, Rio de Janeiro, 12 nov. 2020. Disponível em:

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/11/12/em-2019-brasil-bateu-recorde-de-desempregados-que-buscavam-por-emprego-ha-pelo-menos-dois-anos-aponta-ibge.ghtml>. Acesso em: 4 ago. 2025.

YAZBECK, Maria Carmelita. Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento. **Serviço Social & Sociedade**, n. 110, p. 288-322, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-66282012000200005>. Acesso em: 14 abr. 2023.

Recebido em: 20/06/2024

Aprovado em: 06/08/2025

Publicado em: 27/02/2026



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/) que permite o uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que a obra original seja devidamente citada.